

Médicos e “charlatões”: conflitos e convivências em torno do ‘poder de cura’ no Recife dos anos 1920*

Sylvia Costa Couceiro
Pesquisadora do Instituto de Pesquisas Sociais da Fundação Joaquim Nabuco
couceiro@fundaj.gov.br

Resumo

A partir de meados do século XIX, quando a medicina começou a constituir-se enquanto campo de saber científico e racional, baseada em técnicas sistemáticas, iniciou-se na cidade do Recife uma luta entre as práticas de cura e as medicações tradicionalmente usadas pela população, fruto da diversidade das suas raízes culturais, e a medicina que se oficializava. Este artigo objetiva compreender os conflitos e convivências entre a medicina oficial e os chamados “charlatões” no Recife do início do século XX, analisando as rupturas e confrontos entre saberes diversos que se deparavam: de um lado, as idéias européias, fruto do racionalismo e do cientificismo; do outro, noções baseadas em origens culturais diversas que se encontraram no Novo Mundo, perpassadas de elementos de magia e religiosidade.

Palavras-chave

Médicos – Charlatões – Recife – Cura – Anos 20

O Recife era considerado, na virada do século XX, uma das cidades mais insalubres do país. O médico Octávio de Freitas ressaltava, em 1904, a inquietante e ameaçadora situação na área da saúde: “*Todo aquele que, interessado pelos assuntos de higiene, fizer um estudo comparativo do coeficiente geral da mortalidade nas diversas capitais dos estados brasileiros, não deixará de ficar impressionado pelo excessivo dízimo mortuário do nosso Recife que ocupa um dos mais elevados lugares da escala.*”¹ As epidemias periodicamente alastravam-se pela cidade, atingindo tanto os sobrados altos das gentes ricas do bairro de Santo Antônio quanto os miseráveis mocambos de Afogados ou da Encruzilhada:

Com efeito, estudando-se a condição médica e as doenças reinantes em nossa capital, neste assinalado período de 1851 a 1900 verificar-se-á a existência, entre nós, de *noventa e quatro surtos epidêmicos* de considerável amplitude, alguns deles com espantoso número de óbitos, de quatorze doenças diferentes: - Varíola, malária, cólera-morbo, febre-amarela, disenteria, febre tifóide, beribéri, sarampo, coqueluche, difteria, escarlatina e influenza (...). Devo assinalar que outras doenças nos têm visitado epidemicamente, no século atual, entre elas a peste negra do Oriente, à qual pagamos um forte tributo, a disenteria que, em 1904, matou 2.886 pessoas e a gripe espanhola, com 1.783 vítimas em 1918.²

Na busca da cura para as doenças epidêmicas e para as demais moléstias, a população da cidade recorria nessa fase aos mais diferentes saberes, métodos e ofícios: de médicos, cirurgiões, farmacêuticos e boticários, a práticos que detinham o conhecimento das ervas e drogas e exerciam a cura a partir da tradição popular, pais-de-santo ligados às religiões afro-descendentes e outras figuras místicas que propalavam seus poderes e capacidade de sanar os males do corpo mediante os mais diferentes processos.

A partir de meados do século XIX, quando a medicina começou a constituir-se enquanto campo de saber científico e racional, baseada em técnicas sistemáticas, iniciou-se na cidade uma luta entre as práticas de cura e as medicações tradicionalmente usadas, fruto da diversidade das raízes culturais das populações aqui fixadas, e a medicina que se oficializava.

Os médicos que clinicavam no Recife, no início do século XIX, eram estrangeiros ou brasileiros que se haviam formado nos centros de ciência europeus e nas Escolas de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, fundadas respectivamente em 1807 e 1809. Nessa fase, seguiam-se os preceitos da medicina francesa e as doutrinas antiflogísticas de Broussais, os quais indicavam como terapêutica das doenças o tratamento e a aplicação de purgativos e sangrias, tidos como *“a panacéia universal para a terapêutica de todos os males.”*³ Na época, não apenas médicos mas parteiras e boticários empregavam a sangria como um dos métodos mais eficientes de cura dos doentes, usando para isso as sanguessugas, ou bichas hamburguesas.

Estas bichas, nas farmácias, se achavam conservadas em frascos cheios de água e para aplicá-las como sugadoras de sangue eram elas retiradas do seu depósito três horas antes, sendo colocadas na parte do corpo indicada pelo médico, depois desta estar convenientemente lavada e bem friccionada com um pano de linho até a vermelhidão da pele, quando se umedecia com um pouco de água açucarada, para despertar o apetite das sugadoras de sangue. As bichas aí ficavam aferradas até se tornarem bem cheias do sangue do paciente, quando se despregavam por si mesmas e eram recolocadas no seu reservatório de emergência à espera de outra vítima.⁴

Aplicadas também pelos barbeiros que, além de cortarem cabelos e arrancarem dentes também faziam sangrias e indicavam medicamentos, a prática de sangrar os doentes passou a ser questionada no Recife, segundo Octávio de Freitas, a partir de 1858, quando o surto de febre amarela atingiu a cidade.⁵ De acordo com um jornalista da época, sob o signo dessa epidemia *“doente sangrando era doente morto (...). Sanguessugas aplicadas em amarelento morriam quase todas e nas cissuras que deixavam, era muito difícil estancar o sangue por completo.”*⁶

No decênio de 1840, iniciou-se na cidade um processo de controle sobre o exercício da medicina, com a preocupação de definir as distintas atribuições das ocupações no campo da saúde,

de normatizar condutas, estabelecer limites e impedir o exercício dos que não fossem habilitados oficialmente para a prática médica. Em eventos, fóruns de discussão e instituições criadas nessa fase, iniciavam-se os debates sobre as questões ligadas à concorrência entre os pares, à disputa com outras ocupações no campo da saúde, à definição de papéis e funções ‘auxiliares’ que seriam desempenhadas por boticários, farmacêuticos, enfermeiras e parteiras. Além desses, outro tema freqüentemente discutido pelos médicos referia-se ao exercício de práticas de cura pelos curandeiros, espíritas, pais-de-santo e homeopatas.⁷

Para percebermos esse processo, optamos por tomar como fonte algumas obras do médico Octávio de Freitas, sobretudo os livros que abordam aspectos ligados à cidade e aos problemas sociais, como “*Medicina e costumes do Recife*”, “*Idéias e conceitos*” e “*Os nossos médicos e a nossa medicina.*”

A escolha de Freitas deu-se em função da grande inserção que ele teve no meio médico da cidade, dos seus escritos sobre temas amplos, que englobavam aspectos sociais da vida da cidade e da preocupação que apresentava sobre três temas básicos: o monopólio dos conhecimentos de saúde pelos médicos, o domínio do mercado de trabalho e o estabelecimento de regras de conduta para a atividade.

Enfim, as idéias de Octávio de Freitas refletiam toda a preocupação em torno da construção do “ser médico” no Recife do início do século XX, auxiliando na compreensão desse momento de rupturas e confrontos entre saberes diversos que se deparavam: de um lado, as idéias européias, fruto do racionalismo e do cientificismo que vinham desde a época das “Luzes”; do outro, as noções de origens culturais diversas que se encontraram no Novo Mundo, perpassadas de elementos de magia e religiosidade.

Formado pela Escola de Medicina do Rio de Janeiro, Freitas voltou para o Recife em 1893 para iniciar sua carreira. Assumiu vários cargos públicos, dentre eles o de presidente da *Liga Pernambucana contra a Tuberculose*, diretor do *Instituto Pasteur*, diretor do *Instituto Vacinogênico*, além de médico do *Hospital Pedro II*, tendo participado ativamente dos debates médicos travados na cidade e no país a partir do final do século XIX. Freitas escreveu vários livros sobre as epidemias que assolaram o Recife na virada do século, sobre as moléstias endêmicas e epidêmicas que atingiam a população, além de várias obras sobre estatística populacional e sanitário. Seus livros refletem uma preocupação permanente em torno da profissionalização da medicina, da transformação do saber médico em ciência, do controle sobre o campo de trabalho e do combate ao que chamava de charlatanismo e curandeirismo.

Se observarmos o índice de uma das suas obras mais importantes - “*Medicina e costumes do Recife*” -, escrita em 1943, montada a partir de capítulos breves sobre temas variados, podemos perceber o conflito que de desenrolava na época entre a medicina oficial e as formas de cura populares usadas pelos habitantes do Recife. O livro tenta passar a idéia geral de que, a partir do “*desenvolvimento progressivo*” de uma ciência médica, as questões ligadas a saúde, higiene e

sanitarismo que afligiam a população do Recife seriam paulatinamente detectadas e combatidas de forma racional, enquanto o charlatanismo seria vencido, o que resultaria em um triunfo da medicina oficial, que então se consolidaria enquanto campo de saber.

Freitas constrói a representação de uma cidade povoada de problemas higiênicos e sanitários, descreve as epidemias que dizimavam a população, tentando mostrar que as mesmas eram fruto de uma série de costumes considerados inadequados tais como: o enterramento nas igrejas, o uso dos “tigres”, o tratamento impróprio dos doentes, os hábitos alimentares e mesmo os comportamentos mais íntimos, como tomar banhos muito quentes ou sentar em esteiras, hábito avaliado como anti-higiênico.

A partir desse quadro, ele relaciona médicos importantes, farmácias e tratamentos empregados no passado, como uma forma de reconhecer os precursores dos avanços da medicina. Sua análise segue com um comentário acerca da criação, a partir do século XIX, de uma série de instituições que serão responsáveis pelo exercício da autoridade sobre a área médica e pela tentativa de solucionar os problemas da cidade: a Sociedade de Medicina, fundada em 1841, o Conselho de Salubridade e o Instituto Vacinogênico, criados em 1845, a inauguração, em 1861 do Hospital Pedro II, e a circulação, a partir de 1842, de uma série de publicações dirigidas aos médicos, como os Anais de Medicina de Pernambuco e os Anais do Instituto Médico Pernambucano de 1874, além da realização de congressos e reuniões médicas. Com a formalização dessas instituições, o discurso médico vai ganhando espaço na sociedade, estimulando a formação de novos praticantes habilitados, o que gerava a competição entre eles e aguçava a necessidade de regular o mercado e de definir as áreas de especialização.⁸

O livro de Freitas mostra também que o saber médico procurava firmar-se como hegemônico não apenas pelo discurso mas, sobretudo, pelo uso de uma série de simbolismos, como os estranhos instrumentos empregados, e pela aura de seriedade e importância que as vestes usadas pelos médicos impunham:

O chapéu de feltro de cano alto e luzidio era indispensável a todo médico que se prezava e prezava a sua clientela. A sobrecasaca, o fraque, o paletó preto e a calça listrada faziam parte integrante do seu vestiário cotidiano. Quem não andasse assim arriscava-se a não conseguir um único cliente, porque faltava, então, a devida compostura para exercer tão nobre profissão.⁹

As normas de conduta e de ética consideradas adequadas à função, como a cobrança de “honorários justos”, o estímulo à prática de conferências ou juntas médicas, realizadas para discutir casos mais complexos, até as chamadas “sentenças médicas”, diagnóstico final dado ao paciente, além do comportamento discreto e sigiloso dos médicos com relação às informações recebidas do doente, também foram assuntos tratados pelo dr. Freitas.

Em seguida, o autor dedica sete capítulos a figuras que ele avaliava como “charlatães”, pois, segundo ele, especializavam-se em enganar e dar golpes na população, prometendo curas milagrosas a partir de métodos considerados ineficientes e atrasados. A palavra “charlatão”, de

acordo com a *Enciclopédia e Dicionário Internacional*, obra da década de vinte, significava “operador ambulante que vende drogas nas praças públicas e nas feiras, encarecendo ao povo a virtude de seus elixires. Empírico, que pretende possuir certos segredos maravilhosos. O que explora a credulidade pública. Impostor, intrujão, pantomimeiro.”¹⁰ Para Octávio de Freitas, o “charlatanismo seria o expoente de uma sociedade ainda em formação, onde não há, por conseguinte, solidez de conhecimentos, de modo que o charlatão é antes o resultado da falta de preparo dos que se sujeitam a tais panaceadores.”¹¹

A partir do momento em que Freitas destacava no seu livro apenas os que julgava “embusteiros”, o médico não apenas ignorava a existência dos populares que detinham o conhecimento da “arte de curar”, como acabava por induzir os leitores a classificar todos os que praticavam formas alternativas de cura como “desonestos e golpistas.” Para Freitas, como também para outros representantes das elites, no Recife dos anos vinte quem não era médico formado era “charlatão.” Optava-se por ignorar a importância do conhecimento acumulado pelos populares no campo da análise das doenças, e não reconhecer, pelo menos oficialmente, as informações herdadas sobre as ervas e drogas usadas na cura das moléstias, classificando esse acervo de informações como desprezível.

Desses, apenas um - Paula Portão - não foi taxado de “charlatão” por Freitas, sendo chamado de “curandeiro.” Apesar da distinção que o médico fez, as duas palavras eram quase sinônimos. Dicionários da época definiam “curandeiro” como “charlatão que trata de doenças sem ter conhecimentos médicos.”¹² Não ter sido inserido no rol dos “charlatões” não significa dizer, portanto, que Paula Portão teve seu conhecimento reconhecido pelo médico. Ao contrário, sua sabedoria e experiência foram totalmente desacreditadas, suas ervas colocadas como ineficientes e sem qualquer efeito curativo, mostrando a visão dos médicos da época sobre os saberes populares:

Paula Portão não era um charlatão; era um curandeiro (...). Cheio de entusiasmo pelas coisas da arte médica, ele andava sempre a experimentar quanta erva supostamente medicinal lhe caía nas mãos. Com elas preparava tisanas, poções e xaropadas (...) e não recusava chamado algum daquelas pessoas que acreditavam nos seus conhecimentos (...). [Mas], se a doença do pobre diabo não era das capituladas de marcha cíclica que terminavam sem o auxílio de qualquer medicamento, a beberagem de Paula Portão não provocava a menor melhoria (...). O mal não cedia uma linha sequer nos seus malefícios.¹³

Fechando a obra, como capítulo final, Freitas aborda a criação da Faculdade de Medicina no Recife, em 1920, passando a idéia de que a abertura da instituição encerrava um ciclo, representando a finalização do processo de solidificação do conhecimento médico e do embate com as formas populares de cura. A medicina oficial, chamada por ele de “*divina ciência*”, enfim triunfara sobre a “falta de conhecimento” e a “ignorância”:

Reconhecidos oficialmente os seus cursos por decreto ministerial de julho de 1927, começou a Faculdade de Medicina a funcionar com toda a regularidade, atestando esta magnífica realização dos nossos ideais o ingente esforço da medicina

pernambucana procurando, por todos os meios ao seu alcance, aproximar-se dos outros centros brasileiros onde se cultiva a divina ciência.¹⁴

Desde o período colonial até praticamente o final do século XIX, os remédios empregados para a cura das enfermidades eram, na maior parte, formulações manipuladas por boticários, executadas às vezes à vista dos clientes, à base de substâncias como iodo, mercúrio, ácido bórico, quinino, arsênio, óleos variados, ervas, sementes, raízes e vinhos importados. Muito desse conhecimento foi herdado dos indígenas ou adquirido a partir do contato com os escravos. Esses remédios, *“com suas fórmulas secretas, que por longo tempo juntaram magia, religião e ciência nos trópicos, acompanhando os referenciais culturais tanto de colonizadores quanto de colonizados, síntese de um contexto sociocognitivo, transitava entre a magia e o cientificismo.”*¹⁵

Muitas das receitas da época tiveram por base *“a tintura de sais de acônito, a noz-vômica, o calomelano, a jalapa, a água de louro-cerejeira, o extrato de beladona, o óleo de rícino, o xarope de flores de laranjeira, a infusão de jaborandi. Em casa preparavam-se os chás de sabugo, de pega-pinto, de mastrução, de cidreira”*,¹⁶ além dos unguentos de plantas variadas, cataplasmas de alho, clisteres diversos, purgantes contra vermes e lombrigas, e os caldos, canjas e papas, que também auxiliavam na recuperação dos doentes. Afora as formulações manipuladas nas drogarias e farmácias e aquelas preparadas em casa, alguns remédios eram importados, como o *Xarope de iodureto de Laroze*, as *Pílulas de Ayer*, o *Vesicatório de Albepayres*, ou a afamada garrafada *Rob-Laffecteur*, cujo alto preço somente permitia que fosse *“adquirida pelos grã-finos daquele tempo.”*¹⁷ No início do século XX, a fabricação de medicamentos em laboratórios e a comercialização dos produtos já prontos pelas farmácias e drogarias vai, aos poucos, transformando o papel das boticas e farmácias. De produtores, esses estabelecimentos passam a ser simples distribuidores de um produto que já não era o resultado direto do seu trabalho e do seu conhecimento:

O mercado de drogas está dominado por estes preparados de laboratórios que, para criarem fama e prestígio, necessitam dos mais espalhafatosos e caríssimos anúncios. Os médicos de antanho – confiantes nos boticários que conheciam proficientemente a arte de formular, restringiam as suas indicações médicas a remédios preparados de acordo com as receitas por eles formuladas. E, neste particular, a barateza das receitas era quase de escandalizar os vendedores (...) de remédios laboratorizados.¹⁸

O crescimento da produção em série dos medicamentos nos laboratórios transformou a função dos farmacêuticos e boticários que, de manipuladores dos ingredientes indicados nas receitas médicas, passaram a simples revendedores de produtos. Os médicos, que tinham a responsabilidade de conhecer as ervas e drogas e de prescrevê-las de forma individualizada depois do estudo do caso de cada paciente, passavam a receitar remédios de forma generalizada, muitas vezes sem conhecer os detalhes e componentes da fórmula.

Nos jornais da década de vinte, encontravam-se anúncios de uma infinidade de medicamentos produzidos por esses laboratórios, alguns com os nomes dos médicos ou inventores

das fórmulas, que prometiam a cura para os mais diferentes males. É interessante perceber que o mesmo remédio era indicado para a cura de moléstias diversas, que iam de irritações superficiais na pele ou indisposições até problemas em órgãos e sistemas vitais. O Cactusgeno, por exemplo, agia “nas aflições, faltas de ar, pés inchados, cansaços, palpitações, urinas escuras, dores nos rins, nefrites, pontadas, chiados no peito, nevralgias cadio-renais, bronquite asmática” e várias outras moléstias do coração, rins e pulmões.¹⁹ O *Jornal Pequeno* assim anunciava o tônico de Kolyohinbina:

Os “magros, fracos, depauperados, os neurastênicos, os impotentes, as moças pálidas, histéricas, raquíticas e que não regulam bem, as mães que amamentam, enfim todos que precisam de um tônico-regulador, poderiam se curar com o Tônico de Kolyohinbina,²⁰

Segundo o dr. Freitas, em princípios do século XX a medicina no Recife vai, aos poucos, incorporando as descobertas mais recentes, atingindo um *status* científico. Médicos tecnicamente instruídos, instrumentos de escuta aperfeiçoados, novos métodos de diagnóstico, como análises químicas, microscópicas, aparelhos elétricos para exames de doenças nervosas e as famosas máquinas de raios X eram técnicas que começavam a ser empregadas na cidade. Ainda em 1904, dizia ele: “*Hoje a medicina em Pernambuco segue pari passu os progressos dos outros centros científicos do país e os seus médicos procuram constantemente se ilustrar e se aperfeiçoar.*”²¹

Na virada do século, já se realizavam com sucesso, no Recife, cirurgias para a retirada de cálculos vesicais, tumores em diversas regiões do corpo, operações ginecológicas para a remoção de fibromas, dentre outras. Em 1928 os periódicos anunciavam a realização na cidade da 1ª operação cesariana bem sucedida, depois de três tentativas sem sucesso feitas em épocas anteriores. Realizada no hospital Pedro II, pelos doutores Alexandre Selva e Jorge Bittencourt, a cirurgia salvou a vida de Enésia Silva, que deu à luz o menino Alexandre Jorge. O governador Estácio Coimbra e sua esposa foram os padrinhos da criança.²² Em meados da década de vinte, o *Almanach de Pernambuco para 1926* anunciava o nome e endereço de 105 médicos estabelecidos na cidade, com a indicação do endereço do consultório. Esse número seguramente não representava o total dos profissionais atuantes no Recife, uma vez que boa parte deles trabalhava atendendo diretamente na residência dos pacientes - os chamados médicos de família -, enquanto outros preferiam não optar por esse tipo de publicidade.

O crescimento do número de médicos diplomados na cidade em função da fundação da Escola de Medicina do Recife, a disputa por clientes com os práticos populares, os avanços tecnológicos com relação às formas de comunicação, a articulação com uma economia de mercado e a paulatina transformação dos serviços médicos em produto fizeram com que parte dos médicos comesçassem a recorrer à propaganda em jornais e periódicos para anunciar e oferecer seus serviços. Um dos médicos cujo nome constava não apenas da lista do *Almanach* mas também das sessões de anúncios dos jornais nos anos 20 era o dr. João Costa. Dr. João atendia a doentes com problemas nas vias urinárias, sífilis, moléstias de pele, doenças de senhoras, enfermidades infantis, realizando

também partos, segundo anunciava no *Jornal Pequeno*, em 1921. Seu consultório, localizado na Rua Larga do Rosário, 148, dispunha de “*gabinete médico de 1ª ordem, com instalações e aparelhos moderníssimos para toda sorte de aplicações: Raios X – Eletricidade – Análises Químicas – Exames Microscópicos – Raios Ultra Violeta – Ozona – Banhos de Luz.*”²³ O dr. João Costa, que em outro anúncio da mesma época se intitulava “*especialista no tratamento radical e garantido da Blenorragia aguda ou crônica e de todas as suas complicações por método rápido e científico*”, e divulgava que garantia a cura daqueles acometidos pela doença.

Para facilidade dos diagnósticos e tratamentos, possui aparelhos elétricos especiais – Uretroscópio, Cloroscópio, e Eletrodos que lhe permitem ver o interior da uretra e da bexiga, e fazer o tratamento elétrico da Blenorragia (Eletro-Terapia-Blenorrágica). O dr. João Costa fornece aos seus doentes UMA GARANTIA depois de findo o tratamento, o que prova a EFICÁCIA ABSOLUTA do seu método de cura.²⁴

Apesar dos avanços a que a cidade assistia na ciência médica, da crescente especialização dos médicos, dos aparelhos modernos e remédios que prometiam curas revolucionárias, como a aspirina, e da propaganda usada no convencimento dos clientes, a população continuava a consumir xaropes, chás e beberagens caseiras, não deixando também de, vez por outra, fazer visitinhas a um “curandeiro”, feiticeiro ou ir a uma sessão de “catimbau.”

De acordo com Freitas e com muitos outros estudiosos da história da medicina brasileira, o empirismo que havia caracterizado os primeiros tempos da atividade no Brasil, a persistência de saberes e práticas fortemente impregnadas de um conteúdo mágico-religioso, tais como as utilizadas por pajés, curandeiros e feiticeiros, e a procura da população por esses práticos, devia-se à falta de médicos formalmente habilitados na Colônia/Império. Essa argumentação passa a ser questionada quando observamos que, já no século XX, mesmo com o crescente número de médicos diplomados, a população continuava a buscar alívio para os seus males nesses populares.

Segundo Vera Marques, mais do que a falta de médicos credenciados, o que fazia a população procurar essas formas de tratamento na tentativa de solucionar seus problemas físicos e espirituais era a persistência de saberes originários de diversas raízes culturais, referenciais que faziam parte da formação da mentalidade coletiva da maioria da população local.²⁵ “Curandeiros” populares, pais-de-santo e praticantes de cultos afros, além de indivíduos que se diziam possuidores de poderes espaciais, incomodaram os médicos do Recife por muito tempo com a concorrência que estabeleciam à sua atividade profissional:

Recife foi sem contestação, durante largo tempo do século XIX, um viveiro dos mais desabusados curandeiros que viviam entre nós com toda tranqüilidade, empanturrando com as suas drogas a um número considerável de indivíduos os quais, uma vez achacados por qualquer doença, preferiam procurá-los a recorrerem aos médicos de verdade.²⁶

Esses populares, conhecedores das ervas, drogas e segredos dos vegetais, preparavam mezinhas, tisanas, poções e garrafadas que diziam sanar as moléstias que atingiam a população.

Com eles tratavam-se não apenas as camadas populares, como também pessoas pertencentes às elites. Como enfatizou Gilberto Freyre, foi um verdadeiro choque de culturas: *“Médicos de formação européia e servidos por instrumentos e máquinas européias de tratar doentes ou de observar doenças em suas relações com os climas frios (...), tiveram que travar áspera batalha com curandeiros africanos ou da terra, íntimos conhecedores de ervas ou plantas tropicais e protegidos, às vezes, por senhores prestigiosos de casa-grandes e de sobrados.”*²⁷

Os periódicos, memórias e crônicas do início do século XX estão cheios de relatos sobre esses populares, comumente apresentados como “embusteiros”, que prometiam a solução dos problemas de saúde a partir de métodos diferentes daqueles usados pelo saber médico oficial. O importante é compreender que essas narrativas estão inseridas em um contexto de disputa e competição em torno do poder da cura, e que o discurso da medicina científica lutou para desqualificar os populares que se dedicavam à saúde da população, construindo uma representação que os colocava como enganadores e trapaceiros.

Alguns desses “curandeiros” chegaram a ganhar certa fama na cidade, conforme referências da época, atraindo muita gente que buscava nas promessas de cura o alívio para suas mazelas. Um dos mais comentados foi Faustino Júnior, que ficou conhecido como o *“Homem do dedo.”* Ao chegar à cidade em 1904, segundo Octávio de Freitas, Faustino Júnior *“fizera-se anunciar pelos jornais como tendo o alto poder de curar todas as doenças pela simples aposição de um dos seus dedos sobre os pontos afetados pela doença, por mais grave que ela se apresentasse.”*²⁸ Mário Sette fala do clima de agitação que se estabeleceu na cidade por conta das curas milagrosas que o *“Homem do dedo”* prometia:

A notícia das curas maravilhosas começaram a se espalhar (...). Um parálítico dera uma carreira, um cego enfiara uma agulha, um mudo cantara uma modinha, e um doido dera para mestre de meninos. Bastara para isso o contato das mãos do professor (...). A romaria para o Derby era incessante. Amanheciam enfermos lá, e outros dormiam ao relento. Na hora das consultas o atropelo assumia proporções de lutas (...). Os bondes da Carril e as maxambombas de Caxangá levavam passageiros pendurados, fazendo acrobacia e arriscados a ficar debaixo das rodas.²⁹

Na análise de Freitas, o sucesso de algumas curas realizadas deviam-se a um fenômeno que ele classificou de “sugestão coletiva”, fazendo com que *“o falso Messias enchesse suas arcas com os cobres dos desenganados da medicina oficial.”*³⁰ A euforia dos enfermos em torno do *“Homem do dedo”* foi diminuindo, segundo o médico, a partir das notícias sobre os primeiros fracassos nas curas, fazendo com que ele abandonasse a cidade.

Em 1912, foi a vez de Bento José da Veiga, conhecido como *“Bento, o milagreiro.”* Segundo Lemos Filho, Bento usava para suas curas apenas a água do rio Beberibe, que receitava em colheres de sopa. Dizendo ter recebido o poder da cura do caboclo *“Canguruçu”*, do Alto Amazonas, Bento era procurado por cegos, aleijados, tuberculosos e até mutilados, que enchiam a maxambomba para Beberibe. Lemos Filho destacava, que enquanto a fama de Bento crescia, *“o Hospital Dom Pedro II ficava às moscas e o apurado das farmácias caía muito.”*³¹ Farmacêuticos e boticários da época

reclamavam:

Enquanto a nossa botica
vai perdendo o seu aprumo
a água “benta” da bica
aumenta muito o consumo.³²

Os boatos sobre curas surpreendentes e a verdadeira multidão que procurava “o milagreiro”, comparado numa quadrinha do período ao “Conselheiro de Canudos”, chamou a atenção das autoridades médicas constituídas. Gouveia de Barros, então Inspetor da Higiene, pressionou o Chefe de Polícia que, pouco tempo depois, prendeu Bento. A própria *Inspetoria de Higiene* encarregou-se de instaurar um processo judicial contra o “curandeiro”, proibindo que ele continuasse a atender os enfermos. O episódio mostra que uma verdadeira luta foi travada nessa fase no Recife, entre médicos e os populares que atuavam no campo da saúde. Nesse conflito, as armas empregadas para fortalecer o discurso da competência, do saber racional e científico da medicina como único legítimo, passaram também pela força e pela ação policial:

Essa medida, em geral,
classificam malvadeza;
pois a quem Bento fez mal?
Matara alguém, com certeza?
Não senhor! Diz-se em surdina,
Seu crime é este: Que idéia
Prejudica a Medicina,
Atrasa a Farmacopéia!³³

A população da cidade, como se pode observar na quadrinha popular da época, não apenas defendia a continuação das atividades de Bento em Beberibe, como também percebia nitidamente os interesses que estavam sendo contrariados. O processo seguiu seus trâmites legais, e um dia o milagreiro sumiu da cidade.

A procura dos pais-de-santo e praticantes dos cultos afro-brasileiros na busca da cura das enfermidades e outros males do espírito também era muito freqüente no Recife. A forte tradição religiosa entre os afro-descendente que habitavam nos subúrbios da cidade fez com que várias casas de culto se estabelecessem nesses bairros, onde os pais e mães-de-santo se tornavam conhecidos e respeitados. Em Afogados, Beberibe, Pina, Encruzilhada e outras localidades, os cultos eram realizados, contando muitas vezes com a presença não apenas dos praticantes descendentes dos escravos, mas também com senhoras e senhores abastados, representantes de conhecidas famílias da cidade. Gonçalves Fernandes, que na década de trinta escreveu “*Xangôs do Nordeste*”, conta o caso de um rico português que, gravemente doente, procurou o pai-de-santo Adão, considerado pelo autor o mais respeitado babalorixá do Recife na época:

Um português, grande comerciante de calçados na cidade, o sr. J. A. F., desesperançado de obter a cura para sua doença, se deixou levar por um negro seu conhecido à presença de Adão. Não conseguiu

saber a que práticas ele se submeteu, mas sei que abandonou o tratamento após a primeira visita ao terreiro.³⁴

De acordo com Gonçalves, entre os pais-de-santo observava-se o exercício da “*feiticeira-médica*”, que seria o “*curandeirismo de origem mágico-fetichista*”. Segundo os jornais, as sessões de “catimbau” atraíam a presença de doentes, pessoas com problemas financeiros, amorosos enfim, “*muitos crentes que iam à procura de um alívio para o mal que os afligia*.”³⁵

Na década de 1920, a revista *A Pilhéria* ridicularizava o costume de parte da população do Recife de buscar alívio para as suas enfermidades e angustias naqueles que consideravam “embusteiros.” O jornalista estranhava o prestígio que esses indivíduos alcançavam entre os habitantes da cidade, e sobretudo o tipo de gente que freqüentava esses territórios. Automóveis e bondes levavam aos subúrbios distantes não apenas o que ele considerava “*o povo ignorante, sem significação social e política*”, como também figuras de projeção da sociedade:

Em Beberibe, Bento o milagroso, que com a água do célebre rio, levantava paralíticos, consertava aleijões, em Campo Grande, (...) o mestre Carlos cura espinhela caída, olhado e atraso de negócio. No Poço, João Lampista (...) retira espíritos, doutrina-os, enviando-os para a eternidade. Em Boa Viagem, Chico dos Prazeres, desmancha casamentos, amigações, resolve negócios e tricas políticas e policiais. *Pensarão os leitores, naturalmente, que é o povo ignorante, sem significação social e política, o freqüentador dessas reuniões?!... Não. Gente muito boa, fina, que usa camisas de sedas e paletós cuidados, vestidos de Paris e chapéus caríssimos. Deputados, autoridades, advogados, médicos, comerciantes (...).*³⁶

A crônica de *A Pilhéria* nos leva a algumas reflexões interessantes. Um delas diz respeito ao quanto algumas práticas culturais das elites e das camadas populares em alguns momentos se identificavam. Enquanto os primeiros lutavam para se mostrar culturalmente diferentes dos segundos, pode-se perceber que, em alguns momentos, a força da “tradição cultural” local aparecia de forma contundente, mostrando que elites e povo tinham algumas práticas em comum.

A visão simplista que enxergava a cidade de forma segmentada, dividida em dois blocos distintos, com valores culturais que não se comunicavam entre si, foi decerto uma tentativa montada pela própria elite da época, ansiosa por se diferenciar, ao menos aparentemente, das expressões culturais que considerava como “atrasadas” e inconcebíveis para aqueles que representavam o Recife enquanto uma cidade moderna e progressista. Bem mais complexas, as relações entre esses grupos pressupunham a existência de brechas e possibilidades de contato, de troca de experiências do tipo que Ginzburg denominou de “circularidade cultural.”³⁷

Intensamente marcada pela presença afro-descendente, com hábitos, costumes e estilo de vida fruto da troca e interação entre a cultura de origem européia e a africana, as elites da cidade tinham um desafio a enfrentar: longe dos padrões ‘civilizados’, nas ruas, diante dos olhos, o espetáculo que se via diariamente era o da diversidade e da heterogeneidade. Inúmeras estratégias foram usadas para enfrentar essas diferenças. Violência, repressão policial, perseguição começaram, nas décadas iniciais do século, a se mesclar com certas concessões, negociações e mesmo a

tolerância com relação a certas práticas, como veremos com mais detalhes no capítulo seguinte.

Mesmo com o discurso que lutava para homogeneizar condutas e comportamentos em torno de padrões europeus, com a força com que se tentava construir a representação de uma cidade habitada por pessoas civilizadas e com as estratégias que desqualificavam as atividades dos praticantes de formas de cura popular e dos adeptos dos cultos afros, persistiram na cidade práticas de saúde populares, que eram procuradas por grupo pertencentes a diferentes classes sociais. A busca dos habitantes da cidade por esse tipo de atividade, inclusive por parte daqueles pertencentes às elites, demonstra que os referenciais culturais dessa população estavam ligados a uma tradição diversificada, composta de elementos e símbolos múltiplos que persistiam no seu imaginário.

As estratégias de conciliação e negociação usadas em alguns momentos pelas autoridades nos faz entender que estava havendo uma maior percepção acerca da força que algumas práticas populares tinham na vida dos habitantes da cidade. A modificação de postura quanto às formas que deveriam ser usadas para controlar tais atividades, passando da violência e repressão direta ao controle a partir de outros mecanismos, como a fiscalização médica, o conhecimento das práticas por estudiosos e intelectuais, dentre outros, mostram-nos o poder e a força de resistência que as manifestações populares tinham diante de certos mecanismos empregados para abolir ou dominar seus costumes e hábitos.

Os anos vinte aparecem como um momento importante nesse processo de mudança. As novas formas de luta dos trabalhadores, greves e jornais operários surgidos no Recife nessa fase e a ação cotidiana das camadas populares, com suas artimanhas e “táticas inventivas” no sentido de se contrapor à ordem estabelecida e ocupar os espaços da cidade, contestando as determinações oficiais, começaram a gerar uma alteração na visão das autoridades da cidade em relação às condutas que deveriam ser usadas para garantir o domínio sobre a cidade.

Contudo, dizer que as elites políticas começaram a buscar uma atuação diferente, agindo por meio de instituições, leis e normas, não significa afirmar que a repressão e a exclusão, com o uso da força policial, deixaram de ser mecanismos utilizados para manter o controle sobre as camadas populares. “Catimbaseiros”, “feiticeiros”, “curandeiros”, eram, na visão da maior parte das elites, exploradores da inocência e da credence de uma população tida como “ignorante” e “sem educação”, sendo vistos como “caso de polícia” até o início dos anos 30.

Nos anos vinte, também eram muito populares no Recife as cartomantes e videntes. Segundo Walter Benjamin, “*quem pergunta pelo futuro a benzedoras abre mão, sem o saber, de um conhecimento interior do que está por vir, que é mil vezes mais preciso do que tudo o que lhe é dado ouvir lá.*”³⁸ Para ele, signos precursores, pressentimentos, sinais atravessam cotidianamente nosso organismo como “*batidas de ondas.*” Saber ler, interpretar e utilizar essas informações, transformando a simples ameaça de futuro no agora preenchido seria o único milagre telepático desejado.

No Recife, com frequência podemos encontrar nos principais jornais da época anúncios desses decifradores do passado, presente e futuro, que prometiam resolver questões ligadas a

doenças, desacertos no amor, dificuldades financeiras e muitos outros problemas:

Sois feliz em vossa família ou em vosso comércio? Necessitais descobrir alguma coisa que vos preocupa? Quereis fazer voltar a vossa companhia alguém que se tenha separado? Quereis curar alguém do vício da bebida? Destruir algum malefício? Alcançar bons empregos ou prosperidade? Fazer desaparecer alguma dificuldade? E outras cousas que estejam ao alcance da mesma. Garante-se ao público desta capital que todos aqueles que vieram fazer suas consultas com esta Cartomante, saíram todos satisfeitos com seus trabalhos.³⁹

O tipo de propaganda publicada nos jornais leva-nos a refletir sobre a aceitação de tal atividade pelo público que tinha acesso aos periódicos, pertencente na sua maioria, às camadas mais abastadas da população.⁴⁰ O uso dos jornais como meio de divulgação sugere que as cartomantes buscavam atingir um público pertencente às camadas médias e às elites da cidade. Contudo, se analisarmos o preço das consultas, podemos perceber que esses adivinhos atendiam uma clientela bem ampla e variada, indo de pessoas pertencentes às camadas populares até refinadas senhoras. O Professor Adão, que recebia seus clientes no Bairro do Recife, diariamente das 10 às 16 horas, divulgava o seguinte anúncio:

Ocultista de longa prática pela *ciência* das cartas ou cartomancia, explica a causa de certos atrasos, dificuldades, doenças, desavenças e mais embaraços da vida, indica o meio prático de afastá-las e profetiza o futuro em qualquer assunto. Uma consulta simples custa apenas 2\$000; mais extensa 5\$000 e por correspondência 10\$000 para qualquer parte do Brasil. N. B. Não confundir trabalho de cartas com Catimbó, espiritismo e mais embustes praticados por agentes aliados de Satanás, o Pai da Mentira.⁴¹

Os videntes e cartomantes faziam questão de diferenciar seu trabalho daquele que era realizado pelos praticantes dos cultos afro-brasileiros. Apesar de não abrirem mão dos seus poderes mágicos e do misticismo, os anúncios que publicavam destacavam como qualidades mais importantes o caráter científico da atividade que desenvolviam, baseada, segundo eles, em estudos de grafologia, cartomancia, magnetismo e astrologia, dentre outras técnicas e “*ciências ocultas*.” O próprio uso nos anúncios da época das palavras “consultório” e “consulta”, para designarem respectivamente o local de recepção e o espaço de tempo dedicado ao atendimento dos clientes, era uma das formas usadas para marcar a diferença em relação aos praticantes dos cultos afros. Trabalhando em espaços que procuravam identificar com o dos médicos, explorando os aspectos técnicos e científicos da sua atividade, eles tentavam marcar a diferença entre o seu trabalho e o daqueles que eram considerados “vigaristas”: os “catimbauzeiros.” Isso não só os afastaria da perseguição policial, fortaleceria e daria credibilidade à sua atividade, como também atrairia uma clientela mais abastada, pois parte dela temia as práticas realizadas pelos “catimbauzeiros”, consideradas “coisas do demônio”, feitiçaria.

Os anúncios das cartomantes e videntes deixam perceber uma apropriação do discurso científico no sentido de respaldar a sua atividade, apoiada em um conjunto de práticas e crenças que se contrapunham à lógica da razão e da ciência que se consolidava na época. A leitura das mãos, das cartas, as visões, premonições, a interpretação de sonhos, o uso de talismãs, a observação de

fenômenos naturais, a realização de rituais mágicos, dentre outras práticas, eram encarados pelos defensores do discurso científico como o resultado de uma sociedade “atrasada”, em que a ausência de conhecimentos e a “falta de cultivo da ciência e civilização” imperavam.

Ao invés de rejeitar e contrapor-se frontalmente às idéias que se consolidavam a partir do discurso científico, os videntes e cartomantes usaram como tática o emprego de alguns dos seus conceitos, numa forma de apropriação específica, no sentido de reforçar e fazer sobreviver a sua própria atividade. Esse tipo de atitude de resistência, sutil e por vezes imperceptível, assemelha-se muito àquelas empregadas pelos indígenas quando da conquista espanhola nas Américas. Segundo Certeau, “*muitas vezes esses indígenas usavam as leis, as práticas, ou as representações que lhes eram impostas pela força ou pela sedução, para outros fins que não o dos conquistadores (...). [Usavam] cem maneiras de empregá-las a serviço de regras, costumes ou convicções estranhas à colonização da qual não podiam fugir. Eles metaforizavam a ordem dominante: faziam-na funcionar em outro registro. Permaneciam outros, no interior do sistema que assimilavam e que os assimilava exteriormente. Modificavam-no sem deixá-lo.*”⁴²

Dessa forma, é importante perceber que a institucionalização da medicina, a estruturação do saber médico e do discurso científico longe de conseguirem destruir as atividades e práticas avaliadas como “crendices” e “charlatanices”, desenvolvidas dentre outros por videntes e cartomantes, terminaram tendo alguns de seus preceitos reelaborados, servindo de reforço à permanência de tais atividades. O uso dos termos ligados à palavra ciência e outros correlatos, que apareciam nos anúncios publicados por videntes e cartomantes, foi uma das formas empregadas no sentido de alterar as regras que os grupos dominantes tentavam impor. Michel de Certeau enfatiza que procedimentos desse tipo são apenas algumas das “*mil maneiras de jogar/desfazer o jogo do outro, ou seja, o espaço instituído por outros; caracterizam a atividade, sutil, tenaz, resistente, de um grupo que, por não ter um próprio, devem desembaraçar-se em uma rede de forças e representações estabelecidas.*”⁴³

Em geral as “madames” cartomantes que apareciam no Recife nos anos vinte apresentavam-se como estrangeiras ou vindas diretamente de cidades européias, o que dava maior credibilidade ao seu trabalho. O *Jornal do Recife* noticiava, sob o título *Cartomante Oriental*, a chegada à cidade de Madame Célia, que se comprometia a “*resolver os casos mais difíceis da vida, fazendo uso de toda classe de talismãs trazidos do estrangeiro.*” Com seu consultório instalado à Rua Duque de Caxias, Mme. Célia, prometia aos seus clientes “*a máxima seriedade e rigoroso sigilo.*” Seu trabalho era realizado com o uso de diversas técnicas, uma vez que ela se apresentava como:

Espírita sonâmbula, única pitonisa em *ciências ocultas*, com muitos anos de prática no Egito e na maior parte da Europa, [capaz de] revelar o segredo humano pela grafologia fisionômica e toda a sina da pessoa pelo horóscopo cabalístico.⁴⁴

Os anúncios relativos às cartomantes mostram que, ao longo dos anos 1920 estiveram por aqui grande número delas: Madame Anita, Madame Schimith, Madame Célia, a espanhola Mãe Maria e várias outras. De tempos em tempos, novas pitonisas chegavam à cidade, abriam consultórios e passavam temporadas atendendo os clientes. Contudo, algumas delas praticamente fixavam-se no Recife, como foi o caso de Madame Dafner. Durante anos seguidos da década de 1920, ela fez publicar nos jornais notas com foto pessoal, em que divulgava seus dotes em ciências ocultas.⁴⁵ Atendendo “*sua numerosa clientela na rua da Concórdia, 339*”, Mme. Dafner pode ser considerada uma cartomante dos “grã-finos” da época. Enquanto o preço médio de uma consulta girava em torno de 2\$000, que podemos considerar uma quantia módica, pois equivalia mais ou menos a uma caixinha de pó de arroz “*Jazz Band*”, anunciada a 2\$500, ou a 1 quilo de carne, que custava 2\$300 no mesmo ano, Madame Dafner cobrava mais que o dobro aos seus consulentes.⁴⁶ Eram 5\$000 por uma consulta simples, sem falar no caso de uma questão mais complexa, que exigisse mais empenho e tempo por parte da cartomante, atendimento que poderia chegar a 10\$000, o equivalente, na época ao preço de um frasco de fino perfume francês vendido na *Casa Aida*, na Rua da Imperatriz.⁴⁷

A celebre professora em *ciências* ocultas, grande média cartomante, quiromante *cientista*, que tanta fama alcançou em toda a parte do mundo que tem percorrido, como atestam as muitas notícias publicadas em todos os jornais das principais capitais da Europa e do Brasil, relativamente aos inúmeros triunfos obtidos para as suas revelações tão sinceras sobre qualquer ramo de negócio ou interesse particular ou comercial, doença, etc. (...). Consulta usual, 5\$000. Consultas mais extensas, 10\$000.⁴⁸

Não se sabe como Madame Dafner percorreu capitais européias e outras partes do mundo, onde teria conseguido sua propalada fama, uma vez que pelo menos entre os anos de 1920 e 1926, sua propaganda era publicada ininterruptamente nos jornais do Recife, indicando que ela teria permanecido durante boa parte da década de vinte atendendo no consultório da Rua da Concórdia. Em 1926, o *Jornal do Recife* publicava longo anúncio da chegava ao Recife do vidente árabe Ginepro.⁴⁹ Segundo a nota, o pitoniso dizia-se “*portador científico de ciências ocultas aprendidas nas cinco partes do mundo*”, sendo inclusive conhecedor do segredo mágico dos faquires da Escola Indiana. Eram várias as suas especialidades: decifrava o piar das corujas em noites enluaradas, o coaxar dos sapos em dias de verão e o assobio cadenciado das cobras, tudo segundo os ensinamentos dos grandes mestres da magia. Lia cartas, fazia adivinhações com base em cálculos matemáticos, era telepata, professor de hipnotismo e magnetismo, além de possuir talismãs e elixires orientais poderosos, como o talismã do Santo Sepulcro e o elixir da cidade de Antioquia. Todo esse arsenal de práticas, técnicas e poderes era usado, conforme o anúncio, para “*adivinhar o passado, o presente e o futuro, para fazer desaparecer dores e tornar o consulente “feliz e poderoso (...), para ganhar em loterias e triunfar em amores e nos negócios.”*

As consultas do professor Ginepro eram realizadas entre as 8 da manhã e as 21 horas, e os valores eram os mesmo cobrados por sua concorrente, Madame Dafner - 5\$000 para consultas

simples e 10\$000 para as mais complexas ou por correspondência. Pelo anunciado, percebemos que os trabalhos do professor Ginepro dirigiam-se a uma parcela mais abastada da população. Conforme o anúncio, a sua “*numerosíssima clientela*” era atendida na Rua Vital de Negreiros, em frente ao Forte de Cinco Pontas, em um “*vasto consultório (...) onde poderá receber com todo o conforto que a estética requer, (...) as pessoas distintas desta sociedade que tanto o tem honrado com a sua presença.*”⁵⁰

Freqüentar os consultórios elegantes da Rua Nova e as casas de catimbó de Beberibe e da Encruzilhada; procurar a cura com médicos que utilizavam aparelhos elétricos, como o uretroscópio e os raios-X, e com os “curandeiros” que usavam ervas, garrafadas e simpatias; enfrentar a vida de forma racional e ao mesmo tempo buscar o sucesso nos negócios e no amor nas cartas e talismãs de cartomantes e videntes, eram algumas das várias facetas dos grupos de elite da cidade. As práticas culturais e os itinerários desses grupos eram múltiplos, diversificados e, às vezes, surpreendentes, pois em muitos momentos não se coadunavam com as representações construídas na época para o que se entendia como procedimentos e comportamentos civilizados.

Bibliografia

- BENJAMIN, WALTER. Madame Ariane, segundo pátio à esquerda. In: *Obras escolhidas II, Rua de mão única*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BEZERRA, Gregório. *Memórias. 1900-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano I: artes de fazer*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- Encyclopedia e Diccionario Internacional*. Boston: The Colonial Press Inc., 1919.
- FIGUEIREDO, B. G. Barbeiros e cirurgiões: atuação dos práticos ao longo do século XIX. In: *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*. Rio de Janeiro: Fiocruz, VI, jul-out 1999.
- FREITAS Octávio. *Idéias e conceitos*. Recife: Imprensa Industrial, 1913.
- _____, Octávio. *Medicina e costumes do Recife antigo*. Recife: Imprensa Industrial, 1943.
- _____, Octávio. *Os nossos médicos e a nossa medicina*. Recife: A Província, 1904.
- FREYRE, Gilberto. *Ordem e progresso*. Rio de Janeiro: José Olympio Editores, tomo 2º, 1959.
- _____, Gilberto. *Sobrados e mucambos: a decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. Rio de Janeiro: MEC/Instituto Nacional do Livro, 1977.
- GONÇALVES FERNANDES. *Xangôs do Nordeste*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937.
- LEMON FILHO, Clá. *do Açúcar: Recife 1911/1934*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1960.
- MARQUES, Regina Beltrão. *Natureza em Boiões: medicinas e boticários no Brasil setecentista*. Campinas: UNICAMP, 1999.
- PEREIRA NETO, André F. de. *Ser médico no Brasil: o presente no passado*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.
- SETTE, Mário. A sangria. In: *Anquinhas e bernardas*. Recife: FUNDARPE, 1987.

_____, Mário. *Maxambombas e maracatus*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981.

Periódicos citados

Revista A Pilhéria

Almanach de Pernambuco para o ano de 1929

Jornal Diário de Pernambuco

Jornal do Commercio

Jornal do Recife

Jornal Pequeno

Notas

* Este trabalho é uma versão resumida de um item da tese de doutorado “*Artes de viver a cidade. Conflitos e convivências nos espaços de diversão e prazer do Recife nos anos 1920*”

¹ FREITAS, Octávio. *Os nossos médicos e a nossa medicina*. Recife: A Província, 1904, p. 13.

² FREITAS, Octávio. *Medicina e costumes do Recife antigo*. Recife: Imprensa Industrial, 1943, pp. 50 e 52. Grifo meu.

³ FREITAS, Octávio. *Os nossos médicos e a nossa medicina*, op. cit p.113 e 116.

⁴ FREITAS Octávio. *Medicina e costumes do Recife antigo*, op. cit p. 140.

⁵ Sobre as práticas médicas e a atuação dos barbeiros ao longo do século XIX, ver: FIGUEIREDO, B. G. Barbeiros e cirurgiões: atuação dos práticos ao longo do século XIX. In: *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*. Rio de Janeiro: Fiocruz, VI, jul-out 1999. A respeito dos barbeiros e técnicas de sangria no Recife, ver SETTE, Mário. A sangria. In: *Anquinhas e bernardas*. Recife: FUNDARPE, 1987, pp. 194-195.

⁶ O referido jornalista, citado por Octávio de Freitas em *Medicina e costumes do Recife antigo*, era conhecido pelo pseudônimo de Senex. p. 184.

⁷ As disputas entre as diversas ocupações ligadas à saúde estão em PEREIRA NETO, André F. de. *Ser médico no Brasil: o presente no passado*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

⁸ Para mais detalhes sobre a profissionalização dos médicos no Brasil, ver: PEREIRA NETO, André F. de. *Ser médico no Brasil: o presente no passado*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

⁹ FREITAS Octávio. *Medicina e costumes do Recife antigo*, op. cit, p. 90.

¹⁰ *Encyclopedia e Diccionario Internacional*. Boston: The Colonial Press Inc., 1919.

¹¹ FREITAS Octávio. *Idéias e conceitos*. Recife: Imprensa Industrial, 1913, p. 54.

¹² *Encyclopedia e Diccionario Internacional*, op. cit

¹³ FREITAS, OCTÁVIO. *Medicina e Costumes do Recife antigo*, op. cit p. 174.

¹⁴ Idem.

¹⁵ MARQUES, Regina Beltrão. *Natureza em Boiões: medicinas e boticários no Brasil setecentista*. Campinas: UNICAMP, 1999.

¹⁶ FREYRE, Gilberto. *Ordem e progresso*. Rio de Janeiro: José Olympio Editores, tomo 2º, 1959, p. 699.

¹⁷ FREITAS, Octávio. *Medicina e costumes do Recife antigo*, op. cit p. 126.

¹⁸ Idem, pp. 127-128.

¹⁹ *Diário de Pernambuco*, 10/08/1923.

²⁰ *Jornal Pequeno*, 05/01/1925, p.3.

²¹ FREITAS, Octávio. *Os nossos médicos e a nossa medicina*, op. cit p. 124.

²² *Almanach de Pernambuco para o ano de 1929*.

²³ *Jornal Pequeno*, 06/10/1921, p. 10. Grifo meu.

²⁴ *Jornal Pequeno*, 05/03/192, p. 2. Destaques do anúncio.

²⁵ MARQUES, Regina Beltrão. *Natureza em Boiões: medicinas e boticários no Brasil setecentista*. Campinas: UNICAMP, 1999.

²⁶ FREITAS, Octávio. *Os nossos médicos e a nossa medicina*, op. cit p. 164.

²⁷ FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: a decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. Rio de Janeiro: MEC/Instituto Nacional do Livro, 1977, p. 508.

²⁸ FREITAS, Octávio. *Medicina e costumes do Recife antigo*, op. cit p. 171.

²⁹ SETTE, Mário. *Maxambombas e maracatus*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981, pp. 136-137.

³⁰ FREITAS, Octávio. *Medicina e costumes do Recife antigo*, op. cit p. 172.

³¹ LEMOS FILHO, Clá do Açúcar: *Recife 1911/1934*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1960, p. 40.

³² Idem, ibidem.

³³ Idem, p. 39.

³⁴ GONÇALVES FERNANDES. *Xangôs do Nordeste*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937.

³⁵ *Jornal do Recife*, 24/02/1928, p. 6.

³⁶ *A Pihéria*, 17/10/1925, nº 212. Grifo meu.

³⁷ Ver GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987, dentre outras obras do autor.

³⁸ BENJAMIN, WALTER. Madame Ariane, segundo pátio à esquerda. In: *Obras escolhidas II, Rua de mão única*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 63.

³⁹ *Jornal do Recife*, 25/02/1926.

⁴⁰ Apesar de sabermos que pessoas pertencentes às camadas populares sabiam ler e tinham acesso aos jornais diários (Gregório Bezerra nos fala nas suas memórias do pedreiro “Zé da Colher”, que era seu freguês de jornal por volta de 1916, período em que foi gazeteiro no Recife, ver BEZERRA, Gregório, *Memórias. 1900-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 155), não restam dúvidas de que esses eram minoria, pois além do problema do analfabetismo, o preço dos diários era outro empecilho à leitura dos mesmos com regularidade. Portanto, a maior parte dos que liam com assiduidade os jornais pertencia aos grupos de elite.

⁴¹ *Jornal do Recife*, 01/01/1926, p. 21. Grifo meu.

⁴² CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano 1: artes de fazer*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994. pp. 94-95.

⁴³ Idem, p. 79.

⁴⁴ *Jornal do Recife*, 10/08/1923, p. 4.

⁴⁵ As notas de propaganda de Madame Dafner foram encontradas no *Jornal do Recife*, entre 1920 e 1926.

⁴⁶ Os preços informados, referem-se ao ano de 1926, e foram colhidos no *Jornal Pequeno* 01/07/1926, p.4 e no *Jornal do Commercio*, 01/01/1926 p. 01, respectivamente.

⁴⁷ *Jornal Pequeno*, 01/07/1926, p. 4.

⁴⁸ *Jornal do Recife*, 20/04/1924, p. 6. Grifos meus.

⁴⁹ *Jornal do Recife*, 07/11/1926, p. 9.

⁵⁰ *Jornal do Recife*, 07/11/1926, p. 9.